



Manifesto
III Congresso de Pescadores, Pescadoras Artesanais e Marisqueiras:
Entrelaçando Vida, Conhecimento e Cultura

Nós, pescadores, pescadoras artesanais e marisqueiras presentes no **III CONGRESSO DE PESCADORES, PESCADORAS ARTESANAIS E MARISQUEIRAS: ENTRETENDO VIDA, CONHECIMENTO E CULTURA** da Costa Rica, Panamá, Honduras, Nicarágua e México.

Conscientes da importância do nosso trabalho para o desenvolvimento sustentável das nossas costas e mares e dos compromissos incontornáveis dos nossos países com o mundo, especialmente o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 14, o Marco Global para a Biodiversidade e um percurso repleto de reuniões importantes rumo ao III Congresso dos Oceanos liderados pelos governos da Costa Rica e da França.

Apresentamos o seguinte manifesto às nossas autoridades com a esperança de que se registrem progressos no reconhecimento do setor da pesca artesanal de pequena escala no âmbito da justiça e da equidade, tal como exigido nos vários acordos assinados pelos nossos governos.

Considerando:

Que a pesca artesanal em pequena escala é mais do que a atividade de pescar, é um modo de vida que permite aos povos indígenas, tribais, afrodescendentes e às comunidades locais viver e trabalhar de forma digna para o sustento diário, uma cultura viva que nos faz felizes .

A pesca nos permite, nas nossas comunidades, regressar à bela simplicidade dos nossos antepassados.

Que precisamos poder retomar os nossos costumes e manter a nossa identidade como povos pescadores conscientes da sua relação positiva com o mar e os seus recursos.

Que unidos somos a força para preservar a nossa cultura, o direito ao acesso ao mar e à terra nos nossos territórios.

Que devemos exercer o nosso direito à saúde, à conservação dos nossos territórios marinhos e ao acompanhamento e preservação da essência e identidade pesqueira dos nossos antepassados.

Que a nossa contribuição para a conservação do mar e dos seus recursos é extremamente importante em um momento em que as ameaças à conservação dos recursos marinhos são iminentes devido às alterações climáticas e ao desenvolvimento excessivo resultante da economia azul, como o turismo de massa, a poluição e as indústrias .

Solicitamos:

Que as instituições nacionais e regionais ligadas à pesca artesanal, bem como as organizações internacionais que tenham interesse em apoiar a conservação junto aos povos do mar, tenham em conta as verdadeiras necessidades e interesses dos pescadores, marisqueiras, mulheres e jovens que se dedicam a esta atividade.

Que devemos ser participantes e protagonistas de todas as políticas e decisões do setor que nos afetem e estar presentes nos espaços de decisão. “Nada sobre nós sem nós.”

Que sejam respeitados o uso e o conhecimento tradicional relacionado aos povos indígenas e o uso dos recursos marinhos costeiros importantes para a cultura e o desenvolvimento.

Que sejam desenvolvidos programas e projetos que respondam às necessidades reais e vivenciadas pela população pesqueira artesanal de pequena escala, considerando as suas diversidades e contextos.

Que sejam desenvolvidos programas para pescadores idosos que atingem uma idade avançada sem pensão ou seguridade social.

Considerar a pesca artesanal de pequena escala como um trabalho digno e decente e não nos impor outras atividades alternativas que não estejam ligadas ao que sabemos fazer, que é pescar e fazer uso sustentável dos recursos pesqueiros.

Exigimos maior apoio das instituições dos nossos países, nos nossos territórios marinhos.

Que haja vontade política para colocar em prática as ideias e propostas legislativas do setor.

Especificamente para a Costa Rica, pescadores da costa do Pacífico e do Caribe, de 24 comunidades do país, homens e mulheres do mar, solicitamos:

Uma INCOPECA presente e mais envolvida, que reconhece a verdadeira importância do modelo compartilhado dos nossos territórios marinhos e da cogestão da nossa pesca. Neste sentido, apoiamos os nossos irmãos afro-costarriquenhos na defesa de Cahuita e do seu Parque Nacional, que hoje sofre de vulnerabilidade a um Estado que não reconhece o direito do seu povo à gestão compartilhada deste território.

Um Estado e as suas instituições de carácter social (por exemplo, Ministério da Saúde), economia (SENASA) e ambiental ligado à pesca artesanal, que cumpra as suas responsabilidades para conosco e que reveja e atualize os planos em conjunto com as nossas organizações de gestão da pesca, de zonas de pesca marinha responsáveis e que as monitore.

Uma INCOPESCA que lute e trabalhe conosco na procura de uma abordagem de direitos humanos na conservação do mar e dos seus recursos pesqueiros e que apoie as nossas propostas de políticas públicas mais justas, inclusivas e equitativas.

Uma INCOPESCA clara da necessidade de proporcionar condições para exercermos o nosso direito à pesca e ao acesso ao mar como comunidades locais, povos indígenas ou comunidades afrodescendentes que merecem um tratamento humano e digno para desenvolver as nossas vidas.

Uma INCOPESCA para nos acompanhar e nos ajudar a contatar organizações como o INDER que desenvolve projetos que podem nos apoiar como pescadores com recursos e equipamentos para o nosso trabalho. A Costa Rica deve reconhecer o uso tradicional dos nossos povos indígenas aos recursos do mar e da costa, dizendo especificamente SIM, aos usos tradicionais das Bruncas no Parque Nacional Marino Ballena.

Responder com urgência às solicitações das organizações de pesca artesanal de pequena escala sobre os seus projetos e alternativas para melhorar a qualidade de vida destas comunidades, como o projeto de ecoturismo proposto pela Associação de Pescadores El Jobo, projetos de centros de coleta das diferentes comunidades e a Área de Pesca Marinha Responsável de Cahuita.

Realizado em Cahuita, 29 de setembro de 2023.